

POR UMA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO

Ananias Agostinho da Silva (UFRN)*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma redefinição do conceito de gênero, considerando as escolhas metodológicas, senão epistemológicas, que estão fundamentando pesquisas em andamento e, possivelmente, investigações futuras, delimitando o que estou entendendo por *gêneros de texto*, *gêneros de discurso* e *gêneros de enunciado*. Para tanto, retomo alguns trabalhos de renomados autores na área dos estudos da linguagem, no sentido de apontar alguns aspectos que considero relevantes e necessários à redefinição que proponho. Finalmente, apresento análise de textos que ilustram os conceitos por mim apresentados ao longo do texto.

Palavras-chave: gênero de texto; gênero de enunciado; gênero de discurso.

Abstract

This paper aims to present a new definition of gender, considering the methodological, epistemological, but choices that are basing ongoing research and possibly future investigations, delimiting what I understand by text genres, genres of discourse and genres of utterance. To do so, return some works by renowned authors in the area of language studies, to point out some aspects that I consider relevant and necessary to redefine what I propose. Finally, I present the analysis of texts that illustrate the concepts presented by me throughout the text.

Keywords: gender text; kind of statement; genre of discourse.

COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

Em um trabalho anterior (SILVA, 2010), quando ainda da conclusão de meu curso de graduação em Letras, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, construí uma síntese das principais teorias de gêneros no campo dos estudos linguísticos. A seguir, retomo as abordagens destacadas:

i) *Abordagem sócio-histórica e dialógica*, do filósofo russo Mikhail Bakhtin, que compreende os gêneros como *tipos de enunciados relativamente estáveis*, que possuem conteúdo temático, organização composicional e estilo específicos.

ii) *Abordagem de orientação discursiva*, de Dominique Maingueneau, para quem os gêneros constituem atividades sociais realizadas e compartilhadas por

* Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor provisório do Curso de Letras (Habitação em Língua Portuguesa) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Pesquisa em Análises Textuais e Discursivas. Patu-RN, Brasil. E-mail: ananiasgpet@yahoo.com.br.

membros de uma comunidade específica, que devem ser desempenhadas de forma apropriada, com protagonistas qualificados, para que tenham alguma consistência e finalidade para esta comunidade.

iii) *Abordagem sóciorretórica e cultural*, representada principalmente por Carolyn Miller e Charles Bazerman. Esses autores propõem que uma definição coerente de gênero deve ser centrada não na substância ou na forma do discurso, mas na ação cuja realização se dá por meio do gênero utilizado (*ação retórica tipificada*).

iv) *Abordagem sóciorretórica de caráter etnográfico*, de John Swales, que entende os gêneros como classes de eventos comunicativos cujos membros compartilham os mesmos propósitos comunicativos.

v) *Abordagem interacionista e sóciodiscursiva de caráter psicolinguístico*, dos pesquisadores da Escola de Genebra, especialmente Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean Paul Bronckart, que, de modo generalizado, compreendem os gêneros como instrumentos semióticos complexos, constituídos de signos organizados de maneira regular, que mediatizam e materializam a ação da linguagem, permitindo a produção e a compreensão dos textos².

Muitas outras abordagens poderiam ter sido enfatizadas, como a proposta pragmático-textual, do linguista francês Jean Michel Adam, a perspectiva discursiva-semiótica de Gunther Kress ou a perspectiva teleológica de J. R. Martin, mas detive-me àquelas apresentadas por serem mais difundidas aqui no Brasil, e, portanto, atenderem às finalidades do trabalho que desenvolvia³.

Mesmo reconhecendo a diversidade de perspectivas de conceituação e compreensão (e, às vezes, de análise) dos gêneros, não optei por adotar uma delas para o trabalho, em função dos objetivos propostos. Em consequência desta escolha metodológica, também preferi não distinguir as ‘unidades’ ou ‘realidades’ que acompanham a categoria gênero. Por isso, os termos *gêneros do discurso*, *gêneros*

² Assumo os riscos de apenas fazer referências a estas abordagens, sem me deter à descrição exaustiva de cada uma delas. Quero apenas ressaltar, a fim de evitar confusões futuras, que me detive à conceituação de gêneros com base em obras específicas desses autores, as quais se encontram nas referências deste trabalho. Muitos deles revisaram ou ampliaram o conceito de gênero ao longo de seus trabalhos, mas não foi meu interesse acompanhar a evolução ou o melhoramento de tais conceitos.

³ Neste trabalho, meu interesse estava na identificação, na descrição e na análise das concepções de gêneros de egressos de curso de Letras, bem como nas propostas de trabalho com os gêneros no ensino de língua portuguesa na educação básica. Os resultados desta investigação encontram-se publicados em artigo da Revista Encontros de Vista, com o título: “Concepções de egressos de curso de Letras sobre gêneros textuais e seu ensino na produção de textos escritos”.

discursivos, gêneros de textos, gêneros textuais, gêneros de enunciado foram utilizados como equivalentes, considerando desnecessária uma ou outra escolha terminológica.

Em um trabalho posterior (SILVA, 2012), de quando já cursava mestrado em Letras também na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a problemática da terminologia dos gêneros inquietou-me. Fiquei curioso (e confuso) quanto ao fato de saber se quando enunciamos as designações *gêneros do discurso* e *gêneros textuais* – as mais recorrentes aqui no Brasil, inclusive – estamos significando o mesmo objeto teórico ou objetos semelhantes, mas distintos por apresentarem idiosincrasias específicas.

No entanto, como este não era o escopo do trabalho - de modo que iniciar uma discussão sobre esta pauta poderia me fazer incorrer no erro de “fugir ao assunto”-, preferi apenas dizer que reconhecia o esclarecimento que Roxane Rojo (2005) apresenta em um de seus trabalhos, quando distingue gêneros do discurso de gêneros textuais: enquanto o primeiro termo está mais relacionado às situações de produção e aos aspectos sócio-históricos dos enunciados, o segundo corresponde à descrição da materialidade dos textos. Trata-se, como se pode perceber, de definição sustentada, principalmente, na diferenciação clássica dos termos *discurso* e *texto*. *Texto é uma entidade concreta, realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva* (MARCUSCHI, 2002). Assim, o discurso se realiza no texto.

Desse modo, por não compreender claramente a distinção, continuei sem adotar nenhuma terminologia exclusiva. Cada termo se apresentava para mim como entidades vagas e por demais abstratas. Ou, como acertadamente disse Jean Paul Bronckart (1997), ao apresentar a mesma preocupação que me move, as classificações existentes são divergentes e parciais, de maneira que nenhuma delas pode pretender-se constituir em um modelo de referência estável e coerente⁴. Assim, ora utilizava *gêneros do discurso*, ora *gêneros textuais*, mas, claro com o cuidado de seguir a orientação teórica adequada. Assim, quando fazia referência aos trabalhos de Mikhail Bakhtin (e do Círculo ou de comentadores), dava preferência ao termo *gêneros do discurso*. Por outro lado, quando me orientavam os trabalhos de Jean Michel Adam, Jean Paul

⁴ Cabe explicitar que não é minha intenção, ao menos não neste texto, elaborar conceitos que sirvam como modelo.

Bronckart, Luiz Antônio Marcuschi e outros linguistas do texto, optava pelo uso de *gêneros textuais*, como forma de fidelidade terminológica à proposta teórica adotada.

Recentemente, agora cursando doutoramento em Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ter clareza sobre a questão parece-me ser necessidade eminente, principalmente porque compreendo, agora, que a escolha por uma ou outra expressão não é questão sem relevância, já que por trás de qualquer corte metodológico há sempre um posicionamento epistemológico. É por isso que, neste trabalho, apresento as escolhas metodológicas, senão epistemológicas, que estão fundamentando pesquisas em andamento e, possivelmente, investigações futuras, delimitando o que estou entendendo por *gêneros de texto*, *gêneros de discurso* e *gêneros de enunciado*. É claro que, para isto, as noções de *texto*, *discurso* e *enunciado* precisam antes ser esclarecidas, porque possuem alcance muito amplo, mas, ao longo deste texto, cada uma delas será utilizada com um significado preciso. Além disso, especificar os conceitos veiculados por estes termos é fundamental para distinguir, posteriormente, o modo como se relacionam com a noção de gênero.

SOBRE TEXTO, DISCURSO E ENUNCIADO

As noções de texto, discurso e enunciado apresentam fortes graus de proximidade. Isto porque, conforme sustenta Florência Miranda (2007) – autora que me despertou a refletir ainda mais sobre estas questões, principalmente no que diz respeito à redefinição da noção de gênero –, estas três noções têm desenvolvimentos históricos de certa forma paralelos (uma vez que os trabalhos textuais, enunciativos e discursivos podem ser observados como classes de abordagens diferenciadas e com percursos próprios), mas apresentam, porém, cruzamentos indiscutíveis. A proximidade, por vezes, parece ser tão eminente que alguns pesquisadores preferem tomá-las, as três noções, como sinónimas – ou pelo menos duas delas texto-enunciado, texto-discurso.

Em trabalhos de Mikhail Bakhtin (1992), por exemplo, consigo enxergar que, não raras as vezes, os termos *enunciado* e *texto* são tratados como equivalentes – mesmo que o termo *texto* não apareça em sua obra com tanta frequência. “A utilização da língua efetua-se em formas de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam duma ou doutra esfera da atividade humana” (p. 302). Ou ainda, “todo enunciado – desde a breve réplica (monolexêmica) até o romance ou o tratado científico – comporta um começo e um fim absoluto [...]. O enunciado não é uma

unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos [...]”. Nesses dois casos, o enunciado é tomado de forma muito semelhante à compreensão que temos de texto e afasta-se da noção de frase. Entretanto, é em “O problema do texto” que Mikhail Bakhtin (1979) faz referência direta à noção de texto. O autor distingue duas acepções para o termo *texto*: “conjunto coerente de signos” e “texto enquanto enunciado”. É sobre esta última noção, de texto equivalente a enunciado, que ele se debruça em seu trabalho.

Para mim, considerando a finalidade deste trabalho e as implicações que as duas noções têm para a redefinição que faço do gênero, acredito que *texto* e *enunciado* não devem ser tomados como sinônimos ou mesmo como equivalentes. E é por pensar assim que não assumo para meus trabalhos sobre texto as definições propostas por Mikhail Bakhtin e seus seguidores.

Em Dominique Maingueneau (1997), especialmente em *Análise de textos de comunicação, texto e enunciado* apresentam significação bem próxima. O enunciado é uma forma de ação no sentido de que constitui um ato de fala que visa agir de forma a modificar uma situação. O texto é o termo que se aplica ao enunciado como um todo, como parte de uma totalidade coerente. Assim, o termo texto engloba o termo enunciado. Ou ainda, em seu *Dicionário de Análise do Discurso*, em coautoria com Patrick Charaudeau (2012), os autores sugerem que o *enunciado* pode ser considerado como uma sequência verbal que forma um todo constitutivo de determinado gênero. Trata-se de uma espécie de equivalente de texto.

Não me convém, também, pensá-los a partir desta relação metonímica, de todo (texto) pelas partes (enunciado). Em relação à segunda proposta dos dois autores, já afirmei que não devo compreendê-los como duas entidades ou elementos que descrevem um mesmo objeto.

Em obra da década de mil novecentos e noventa, Jean Michel Adam (1997, p. 15), no âmbito da linguística textual, compreendia o enunciado como “objeto material oral ou escrito, de objeto empírico, observável e descritivo” e o texto como “objeto abstrato, que deve ser pensado no quadro de uma teoria de sua estrutura composicional”. Depois de reformulação terminológica e conceitual, em sua obra mais recente, *Linguística textual: Uma introdução à Análise textual dos discursos*, Adam (2008) concebe o texto como resultado da atividade discursiva de um sujeito que se dirige a um interlocutor em uma situação de comunicação determinada e, ao mesmo tempo, como uma unidade semântica de comunicação, organizada em torno de um tema

(encadeamento de proposições integradas em sequências dentro de um esquema composicional que confere unidade ao conjunto) (HERRERO CECÍLIA, 2006). O enunciado, por sua vez, é compreendido agora a partir da noção de proposição-enunciado, unidade textual mínima da Análise textual dos discursos.

Ao escolher falar de proposição-enunciado, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um *enunciado mínimo*. (ADAM: 2008, p. 106)

A noção revisada de texto de Jean Michel Adam é bastante relevante para os atuais estudos linguísticos, porque dá conta, ao menos parcialmente, da complexidade que envolve o objeto texto ao considerá-lo, dentre outros aspectos, como atividade discursiva produzida por um sujeito em uma dada situação de comunicação. A noção de proposição-enunciado também é pertinente e parece-me que tem sido útil em muitas pesquisas (RODRIGUES *et al*, 2012), principalmente quando se pretende observar aspectos relativos à microestrutura dos textos. Entretanto, para mim, o principal problema desta última noção é a indefinição de parâmetros estruturais⁵ que a delimitem como unidade mínima de análise, como propõe Adam. Ele não nos diz quais os limites de uma proposição-enunciado, de maneira que sua identificação nos textos pode não ser tarefa fácil, principalmente para não especialistas em sua proposta de análise textual dos discursos.

Em relação às noções de *texto* e *discurso*, comumente tem sido dado tratamento semelhante ao que se faz com *texto* e *enunciado*. Assim, ora são compreendidos como elementos de mesmo valor, de modo que a distinção entre ambos é irrelevante, ora são distinguidos como duas entidades de natureza diversa.

No primeiro tipo de atitude ou posicionamento apontado acima, podemos citar, de modo especial, os trabalhos de linguistas responsáveis por introduzir estudantes na investigação linguística. Nesses textos, geralmente, os termos *texto* e *discurso* são tomados como equivalentes. Parece-me que a intenção de muitos manuais de linguística que se prestam àquela finalidade – introduzir alunos nos estudos linguísticos – é evitar que os estudantes façam confusões conceituais. Assim, o melhor parece ser não assinalar traço distintivo entre as duas noções.

⁵ Para o autor, a proposição-enunciado compreende uma microunidade sintática e uma microunidade semântica. No entanto, o critério definidor, no texto do autor, parece ser muito mais sentidural do que estrutural (sintático).

Os analistas de discurso francófonos, inspirados principalmente nos trabalhos de Michel Foucault, orientam-se por esta segunda direção. Para Maria do Rosário Gregolin (1995), difusora desta vertente aqui no Brasil, um texto é formado por uma estrutura que articula diferentes elementos e constitui um sentido coeso e coerente. O discurso deve ser entendido como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, ou seja, o lugar em que se manifesta o sujeito da enunciação e no qual se podem recuperar os sentidos sócio-historicamente produzidos. Os pesquisadores desta linha de investigação, apesar de utilizarem a materialidade linguística (texto) em suas análises, porque não conseguem observar o abstrato dos sentidos sem o material, interessam-se apenas pelos aspectos de ordem discursiva. E eis, a meu ver, o problema desta abordagem, a insistência de muitos analistas em não olhar para a organização sequencial dos textos, para o materialmente observável.

Outras tantas abordagens ou posicionamentos, europeias, americanas ou mesmo brasileiras, sobre os três conceitos observados poderiam ser aqui citadas. Porém, meu interesse era apenas citar algumas delas, de forma a ilustrar como a tríade *texto*, *discurso* e *enunciado* tem sido concebida. Desse modo, reconheço e assumo que muitos nomes reconhecidos na área de estudos textuais, discursivos e enunciativos não foram aqui comentados.

Agora, depois de apresentar este panorama, delimito a seguir como compreendo as três noções anteriormente citadas. O *texto*, para mim, pode ser definido como uma unidade e um objeto. Constitui unidade de práticas comunicativas sociais situadas que se processam entre duas instâncias agentivas (da produção e da recepção – por enquanto, prefiro nomear essas duas instâncias de enunciador e destinatário, como fazem muitos linguistas, mas já destaco que esta terminologia carece de explicação futura). São situadas porque toda produção textual ocorre durante uma extensão temporal e em um espaço físico ou virtual. Dados esses aspectos, toda ocorrência (entenda-se produção de texto) é única e, portanto, irrepetível. Assim, como diz Heráclito de Efeso, nós não podemos nunca entrar no mesmo rio, pois, como as águas, nós mesmos já somos outros; também um mesmo texto nunca será produzido mais de uma vez, porque já será outro texto.

Constitui também objeto complexo e multifacetado, plurissemiótico, imbuído de nuances as mais diversas (que envolvem aspectos linguísticos, discursivos e contextuais), e, como entende Bronckart (1997), finito e autossuficiente. É multifacetado e plurissemiótico porque pode ser oral ou escrito (ou oral-escrito, como

ocorre em uma palestra, por exemplo), verbal ou não verbal (ou verbo-visual, como ocorre nas propagandas, que, em sua maioria, são textos multimodais, ou nos filmes), pode ter suporte material (quando impresso, por exemplo) ou virtual, pode ser verbo-sonoro (as músicas, por exemplo), dentre outros aspectos. É finito porque todo texto possui um início e um fim mais ou menos delimitados. Seja um sermão, um diálogo cotidiano, uma placa de trânsito, uma carta, um conto ou até mesmo um livro, todos esses textos serão delimitados por um início e por um fim. Por último, o traço da autossuficiência, retomado de Bronckart (1997), não quer dizer que o texto esteja fechado em si mesmo, já que se trata de um objeto, como diz o autor, em constante interação com o exterior. O texto é autossuficiente do ponto de vista da prática comunicativa social que ele integra.

E é justamente o traço da completude (autossuficiência) que me permite distinguir *texto* de *enunciado*. Os enunciados, diferentemente dos textos, não são autossuficientes. Explicarei isto. Antes, digo que concordo com muitos linguistas, quando dizem que o enunciado é um segmento de uma produção verbal. O que cabe explicitar é exatamente o que entendo por segmento. Para Bronckart (1997), este segmento corresponde à frase gramatical. Assim, conforme este autor – e muitos outros – frase é o fator de medição da extensão do enunciado. Discordo deste procedimento. A frase gramatical, na escrita, tem início com o emprego de uma letra maiúscula, e o ponto assinala seu término. Entretanto, há enunciados maiores do que frases. Pensemos, por exemplo, na citação de livros ou artigos que fazemos em nossos trabalhos acadêmicos. Eles nem sempre são constituídos de uma única frase, mas são enunciados, porque, como segmentos textuais, eles não constituem textos propriamente ditos – constituem sim partes (segmentos) de textos anteriores aos nossos. Ou ainda, pensemos nos *lides* (ou entradas) das notícias jornalísticas. Na maioria das vezes, eles não são constituídos por uma única frase. Então, que são eles, senão enunciados?

Ora, sendo assim, o enunciado pode ser compreendido como um segmento textual (de extensão não necessariamente delimitada) subordinado a um texto, isto é, um segmento que não é autossuficiente e, portanto, não funciona de forma autônoma nas práticas de comunicação sociais cotidianas, diferentemente do que ocorre com os textos. Esta definição se aproxima em muito do que propõe Florência Miranda (2007), quando busca definir o que é enunciado, mas sua preocupação parece-me estar em definir os limites do enunciado, o que não nos interessa, pelo menos não neste momento, quando

sugerimos que a extensão dos enunciados não carece, necessariamente, de ser delimitada.

Finalmente, defino o *discurso* na esteira do trabalho de Florência Miranda (2007), posição não muito distante daquela adotada pelos analistas do discurso. O discurso constitui a língua em uso – em vez do termo *ação*, empregado pela autora, prefiro, por questões epistemológicas, o termo *uso*, por tratar-se da própria manifestação do sistema da língua. Entretanto, em meu ponto de vista, não devemos pensar o discurso sem considerar necessariamente o texto e o enunciado, porque constituem materialidade do discurso. E o discurso é influenciado por suas materializações.

REDEFININDO GÊNERO

Como vimos na introdução deste trabalho, temos presenciado uma proliferação de abordagens de gêneros. Talvez por isso, ainda exista muita confusão terminológica no meio acadêmico e escolar. Nesta seção, minha intenção é justamente realizar o objetivo que propus neste trabalho, qual seja tentar redefinir as noções de *gênero de texto*, *gênero do discurso* e *gênero de enunciado*, considerando o exposto sobre texto, discurso e enunciado.

Antes disso, cabe dizer o que é um gênero – sem considerar aqui a problemática das ‘realidades’ texto, enunciado e discurso. Adoto, de muito perto, a reconcepção linguística sugerida por Jean Michel Adam (1997, p. 670-671) sobre o conceito de gênero. Este autor compreende que, por um lado, gênero é uma categoria da ordem do social. “Os gêneros são construções sociais e é neste sentido, aliás, que se pode verificar a existência de um sistema de gêneros partilhado por uma dada comunidade sociodiscursiva”. Isto porque os gêneros, segundo o autor, surgem no quadro de práticas sociais. Por outro lado, Adam enfatiza o aspecto linguístico do conceito de gênero. “O gênero constitui o plano de estruturação dos textos, de modo que é justamente no plano genérico que se estabelecem as possibilidades (ou impossibilidades) de organização textual”.

Concebo também o gênero a partir destes dois aspectos: social e linguístico. O gênero é um dispositivo – termo que retomo de Florência Miranda (2007) – de regularização de parâmetros para os planos de organização textual. Assim sendo, o gênero não constitui uma estrutura modelar, o que explica sua relativa estabilidade – como diria Mikhail Bakhtin – e, logo, a possibilidade de sua configuração ser alterada

em função de fatores de ordem diversa. O gênero também é uma construção social, porque possibilita o funcionamento de práticas de comunicação social. Inclusive, arrisco dizer que sem gêneros estas práticas não existiriam. Além disso, por outro lado, é em função dessas práticas que os gêneros possuem a configuração que possuem, de maneira que, quando as práticas são alteradas, sua configuração pode ser influenciada por tais mudanças. Na verdade, parece-me ser esta uma via de mão dupla: são os gêneros que permitem nossa interação por meio de práticas sociais de comunicação e tais práticas influenciam na organização dos gêneros.

Pensando assim a noção gênero, convém agora especificar o que entendo por *gênero do discurso*, *gênero de texto* e *gênero de enunciado*, considerando as noções de discurso, texto e enunciado anteriormente delimitadas. Disse em outro tópico que compreendo o discurso como a língua em uso; direi, por isso, que os gêneros do discurso são formatações convencionais de uso da língua. Assim, uma notícia, um artigo científico, um poema, uma nota de rodapé, um *lide* ou um resumo são exemplos de gêneros do discurso, porque todos correspondem a formas de funcionamento da língua convencionalmente estabilizadas (é claro que esta estabilidade é relativa, como diria Mikhail Bakhtin). Entretanto, nem todos esses exemplos são gêneros de texto. É bom lembrar que defini texto como objeto autossuficiente, e a nota de rodapé, o *lide* e o resumo (de artigo científico, por exemplo) não são unidades autossuficientes. Desse modo, estes três gêneros não podem ser considerados como gêneros de texto, porque gêneros de texto são formas de uso da língua que funcionam de maneira autônoma. Ora, assim sendo, uma notícia, um artigo científico ou um poema são gêneros de texto, mas uma nota de rodapé, um *lide* ou um resumo não são. Estas três últimas formas são gêneros de enunciado, formatações convencionalmente estabilizadas, mas dependentes de outras formas para funcionarem, ou seja, só ganham sentido no quadro de uma unidade maior, a que chamo de texto.

Dada esta organização terminológica e conceitual, direi ainda que os gêneros de texto e os gêneros de enunciado equivalem aos gêneros do discurso. Tanto um artigo científico como uma nota de rodapé são exemplos de gêneros do discurso. E, ainda recorrendo a estes exemplos, direi que os gêneros de enunciado integram os gêneros de texto, como ocorre com a nota de rodapé, que só funciona quando associada ao artigo científico (ou outro gênero de texto).

Para ilustrar as afirmações feitas acima, de modo a evitar uma abstração conceitual, tomarei a seguir alguns exemplos. O livro *O Primo Basílio*, do escritor

português Eça de Queirós, é um gênero do discurso (romance). É também um gênero de texto. Mas não é um gênero de enunciado. Ele é constituído de gêneros de enunciados diversos. O sumário do livro e as mais de trezentas e cinquenta notas que constam em anexo e as diversas ilustrações dispostas ao longo do livro são exemplos de gêneros de enunciado que constituem o gênero de discurso romance.

Agora, uma ressalva deve ser feita. Na edição do *Ateliê Editorial*, comentada e anotada por Paulo Franchetti, há uma apresentação da obra. Diferentemente da maioria de apresentações de romances, que, na verdade, se parecem mais com prólogos, a apresentação de Franchetti tem um plano de organização textual muito mais próximo de um artigo científico de análise de obra literária: consta de uma *situação do texto*, que funciona como introdução, a *biografia do autor e do romance naturalista*, uma seção sobre a *recepção crítica do romance*, um *princípio construtivo* da obra (quando analisa a estrutura do romance) e, finalmente, um conjunto de *notas para a leitura da obra*. Direi, por isso, que esta apresentação constitui um gênero de texto e não um gênero de enunciado, como geralmente são as apresentações convencionais. Digo isto porque este texto pode muito bem funcionar independentemente do romance que introduz, sendo, por exemplo, publicado em uma revista de análise literária.

Entenda-se que, com isto, não estou querendo dizer que o suporte funciona como índice determinador daquilo que pode ser um gênero de texto ou um gênero de enunciado. Não é o suporte que determina, mas a possibilidade de uma forma de estruturação de material linguístico (mesmo que relativamente estável) constituir uma formatação autônoma. E, como se pode ver, esta distinção segue as escolhas que fiz anteriormente quando defini texto e enunciado.

Outro exemplo: a carta, geralmente, compreende um gênero de texto e, logo, um gênero do discurso. Vejamos a carta a seguir, escrita por Mário de Andrade para Carlos Drummond de Andrade – recupero abaixo apenas fragmentos, dada a extensão da carta:

Meu caro Carlos Drummond

Já começava a desesperar da minha resposta? Meu Deus! Comecei esta carta com pretensão... Em todo caso de mim não desespere nunca. Eu respondo sempre aos amigos. Às vezes demoro um pouco, mas nunca por desleixo ou esquecimento. As solicitações da vida é que são muitas e as da minha agora muitíssimas e... Quer saber quais são? Tenho o meu trabalho cotidiano, é lógico. Lições no Conservatório, lições particulares. Mas atualmente as minhas preocupações são as seguintes: escrever dísticos estrambóticos e divertidos prum baile futurista que vai haver na alta roda daqui (a que não

pertenço, aliás). Escolher vestidos extravagantes mas bonitos pra mulher dum amigo que vai ao tal baile. E escrever uma conferência sem valor mas que divirta pra uma festa que damos, o pianista Sousa Lima e eu, no Automóvel Clube, sexta-feira que vem. São as minhas grandes preocupações do momento. Serão desprezíveis pra qualquer idiota antiquado, aguado e simbolista. Pra mim são tão importantes como escrever um romance ou sofrer uma recusa de amor. Tudo está em gostar da vida e saber vivê-la. Só há um jeito feliz de viver a vida: é ter espírito religioso.

[...]

Amizade triste ou amizade alegre e do mesmo jeito a admiração. Desculpe esta longuidão de carta. Eu sofro de gigantismo epistolar. Como vai o Nava? Vocês não arranjam mesmo um jeitinho de vir passar uns dias em São Paulo? Isto aqui é engraçado. Me avisem antes se um dia se aventurarem até aqui. E até logo. Vou lhe mandar uma cópia do “Noturno”, é só minha irmã ter um tempinho e passará a versalhada a máquina. Olhe, a Estética publicou um poema meu, “Dança”, que eu acho que tem alguma coisinha dentro. Reflita e mande me dizer.

Um abraço do
Mário de Andrade⁶

Trata-se, como disse, de um exemplo de gênero de texto. Mas lembro-me aqui, dentre outros vários exemplos, da carta anônima que Camilo, personagem do conto *A cartomante*, de Machado de Assis, recebeu. A carta lhe chamava *imoral e pérfido*, e dizia que *a aventura que vivia com Rita era sabida de todos*. Ou ainda, também me recordo da carta que Celestina – também personagem de Machado de Assis, desta vez do conto *Uma carta* –, encontrou em sua cesta de costura. Esta última carta, dizia:

Meu anjo adorado,

Perdoe-me esta audácia, mas não posso mais resistir ao desejo de lhe abrir o meu coração e dizer que a adoro com todas as forças da minha alma. Mais de uma vez tenho passado pela rua, sem que a senhora me dê a esmola de um olhar, e há muito tempo que suspiro por lhe dizer isto e pedir-lhe que me faça o ente mais feliz do mundo. Se não me ama, como eu a amo, creia que morrerei de desgosto. Os seus olhos lindos como as estrelas do céu são para mim as luzes da existência, e os seus lábios, semelhantes às pétalas da rosa, têm toda a frescura de um jardim de Deus.

Diferentemente da anterior, esta carta, para mim, não é um gênero de texto. É um gênero de enunciado. Fora do conto, ela não tem nenhuma função comunicativa, ou melhor, não constitui uma unidade comunicativa autônoma. Ela só existe em função do gênero conto. É um enunciado citado no conto como recurso estético, argumentativo ou ilustrativo, conforme ocorre com as citações de outros textos que fazemos em nossos

⁶ A carta completa está disponível na *homepage* da Revista Bula. Além disso, também está publicada no livro *Carlos e Mário: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*, da editora Bem-Te-Vi.

artigos científicos ou com os exemplos gramaticais que utilizamos em nossas aulas, de quando da explicação de um determinado tópico gramatical.

Porém, é um gênero do discurso, porque além de apresentar formatação estável (qualquer falante do português conseguiria facilmente reconhecer e nomear este texto de carta), diz respeito a uma forma de uso da língua em uma prática social de comunicação – mesmo que fictícia.

FINALIZANDO

Muitos outros exemplos de gêneros oriundos de diversas esferas da comunicação poderiam ter sido aqui citados. No entanto, acredito que os esclarecimentos teóricos realizados, bem como as ilustrações apresentadas, foram suficientes para elucidar o modo como tenho compreendido os gêneros.

Convém esclarecer que não tenho a pretensão de propor a construção de um modelo teórico-metodológico de análise de gênero. Modelos vários já foram difundidos, inclusive, aqui no Brasil, e podem, prontamente, ser adotados na realização de pesquisas em linguística, resguardando, claro, as especificidades de cada investigação e as afinidades com um ou outro modelo.

Na verdade, é isto que tenho feito em alguns de meus trabalhos: adoto de forma macro as proposições de um modelo teórico-metodológico de análise de gênero, mas reformulo as noções conforme o modo como as tenho concebido. E isto não inviabiliza a realização de nenhuma investigação.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre*. Revue belge de philologie et d'histoire 75, 1997, p. 665-681.
- _____. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad. RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes; PASSEGGI, Luis; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. São Paulo: Cortez, 2008.
- ASSIS, M.de. *A cartomante*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. (Obras Completas, v. II).
- _____. *Uma carta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. (Obras Completas, v. II).
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 307-335.
- BRONCKART, J. P. *Activité langagière, textes et discours*. Pour un interactionisme socio-discursif. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997.

- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique (orgs.). *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa* (São Paulo), v.39, p.13-21, 1995.
- HERRERO CECÍLIA, J. *Teorias de pragmática, de linguística textual y de análisis del discurso*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais & ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MIRANDA, F. (2007). *Textos e gêneros em diálogo – uma abordagem linguística da intertextualização*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- QUEIRÓS, E. *O primo Basílio*. São Paulo: Klick, 1997. 463p.
- RODRIGUES, M. G. S. *et al.* A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. *Filologia e linguística portuguesa*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, n. 14 (2). São Paulo, FFLCH-USP, 2012.
- ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.
- SANTIAGO, S. *Carlos e Mário: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. São Paulo: Bem-Te-Vi, 2008.
- SILVA, A. A. *Concepções de egressos do Curso de Letras/NAESU sobre ensino-aprendizagem de gêneros discursivos em atividades de produção de textos*. 2010. 120 F. Monografia (Graduação em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas) – Curso de Letras – Núcleo Avançado de Educação Superior de Umarizal. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Umarizal, 2010.
- _____. *A argumentação em textos escritos por crianças em fase inicial do Ensino Fundamental*. 132 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Pau dos Ferros: UERN, 2012.